

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: MAIS EDUCAÇÃOSousa Santos Sebastiao¹**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relevância das políticas públicas educacionais, em específico o programa do governo federal Mais Educação, no qual veio para somar pontos em prol de uma educação mais significativa. Para subsidiar a reflexão utiliza-se das contribuições de alguns autores que discutem os problemas e as soluções que são enfrentados pelo país dentro dessa contextualização. A metodologia usada foi por meio de fonte bibliográfica e as contribuições deixadas pelos mesmos autores que defenderam essa temática. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade verificar a real importância da criação e da inserção de novas políticas públicas educacionais e da continuidade das que já existem. A conclusão desse artigo é perceber o quanto a nossa educação é carente, principalmente no requisito políticas públicas, sendo necessária uma continuidade efetiva de ações dessa natureza.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Inclusão.

PUBLIC EDUCATION POLICY : MORE EDUCATION

ABSTRACT: ABSTRACT: This article aims to reflect on the relevance of educational public policies, in particular the program of the federal government More Education, in which it came to add points for a more meaningful education. To support the reflection, we use the contributions of some authors who discuss the problems and solutions that are faced by the country within this contextualization. The methodology used was through a bibliographic source and the contributions left by the same authors who defended this theme. The results of this research aim to verify the real importance of the creation and insertion of new educational public policies and the continuity of those that already exist. The conclusion of this article is to realize how much our education is lacking, especially in the public policies requirement, being necessary an effective continuity of actions of this nature.

Keywords: Education. Public policy. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A compreender o conceito de Política pública é essencial para que haja um maior entendimento sobre sua funcionalidade, essa é uma expressão que precisa ser entendida por partes de todos que no cotidiano faz acontecer a educação. Primeiro política é uma palavra de origem grega politikó, que significa participação dos sujeitos em uma determinada decisão. Posteriormente a palavra pública é de origem latina, publica, que traduzido significa povo.

E ao juntar essas duas palavras têm o seguinte significado a participação do povo dentro de uma determinada situação problemas que requer uma resolução. Esse é o termo de política pública mas, em contrapartida com a realidade, nem sempre acontece como diz o significado epistemológico da palavra.

¹ Faculdade de Tecnologia e Ciências

É inegável a importância das políticas públicas para a educação não só brasileira como também mundial surge então, a grande necessidade de se discutir essa importante temática, que nas últimas décadas tem sido crescente o seu crescimento. E essa propagação vem acontecendo em partes por meio das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, onde lamentavelmente tem sido visado o capitalismo, um grande mau que tem regido todo o mundo globalizado.

As (IES) trabalham com as diretrizes firmes que objetivam a propagação do conhecimento, tendo como foco zelar por um processo educacional que irá aprimorar a atuação de profissionais nas mais diversas áreas, para atuar no mercado de trabalho, onde as exigências tem sido sempre crescentes.

Ao discutir sobre as políticas públicas inúmeros exemplos podem ser citados, inclusive as universidades, faculdades e institutos de ensino como uma prática de política pública da educação de grande relevância para a sociedade civil e acadêmica. Daí, surge a necessidade de serem estudadas e debatidas a inserção de novas políticas públicas que visem o êxito educacional.

A extensão universitária deve ser um processo de políticas públicas continua e permanente que não deve ocorrer só nos espaços urbanos e, sim contemplar os espaços rurais, onde existe uma carência grande de investir na educação em suas mais diversas modalidades.

A legislação educacional expõe que é direito de todos o acesso a educação, porém é expressivo o numero de pessoas que estão as margens de exclusão social e educacional e, isso deve ser intervindo por meio da criação e atuação de políticas publicas que visem amenizar esses problemas sociais.

Há infelizmente uma crescente serie de crimes de corrupção dentro do sistema educacional do país que impedem que a educação seja de fato de acesso para todos. A União, o Estado e os municípios devem cumprir às suas funções Sociais e educacionais que são de obrigatoriedade, no entanto existe uma grande negligencia e desrespeito quando se refere ao cumprimento dos direitos educacionais. Já que no Brasil, infelizmente a educação não tem sido ainda um item prioritário e de primeira instancia para o futuro mais promissor da sociedade.

Propõe aqui discutir sobre a relevância das políticas educacionais como forma de intervenção para a construção de uma educação muito mais democrática e oportunizadora . Neste estudo as políticas públicas não aparecem como fórmula mágica para solucionar os problemas da educação na contemporaneidade e, sim como parte da solução para amenizar os

entraves sociais e educacionais existentes dentro da sociedade, aliados a outras ações que se fazem necessárias.

Nesse estudo não se pretende fazer um apanhado geral sobre a legislação educacional, onde expõe a importância das políticas públicas educacionais, e sim um explanado sobre o papel social das políticas públicas.

É relevante esse estudo, pois mostra a importância das políticas educacionais como uma ação benéfica em prol do desenvolvimento de um país, no que se refere aos aspectos educacionais e aos demais aspectos que estão intimamente interligados.

Entender o processo educacional desde a educação básica até ao ensino superior é imprescindível porque é a partir daí, que as políticas públicas aparecerão como fundamentais na construção de um país com maior êxito educacional. É interessante lembrar que a escola, a universidade, a faculdade não são instituições isoladas de dentro da sociedade, pelo contrário são essências para o crescimento econômico, social e intelectual de um país.

A elaboração de uma política pública, em prol de um determinado problema social é até algo fácil de realizar, o maior desafio surge na execução dessa chamada política pública e na continuidade da mesma, na qual aparecem inúmeros obstáculos que impedem o seu agir, mesmo em meio a esses contrastes ela deve ser cumprida em sua totalidade.

Para que o sucesso seja alcançado, por meio de uma determinada política pública são necessárias ações de intervenção bem arquitetada para que sejam atingidos os objetivos pré-estabelecidos.

Sob a ótica científica, este trabalho é fruto de um levantamento teórico, onde são expostos os pontos de maior relevância sobre essa temática. Sendo utilizado também o levantamento documental para melhor junção de informações que dão base teórica. Este artigo serve como um caminho para a realização de pequenas consultas sobre o tema e também como base para estudos futuros.

Do ponto de vista profissional este trabalho traz importantes contribuições para os gestores, professores, órgãos que trabalham com o ramo educacional, e que enxergam a atuação das políticas públicas como um componente de grande peso para a resolução de problemas educacionais que estão presentes na educação atualmente.

Este artigo tem como objetivo geral refletir sobre a relevância das políticas públicas educacionais, em específico o programa do governo federal Mais Educação, no qual veio para somar pontos em prol de uma educação mais significativa. Já os específicos consistem em mostrar alguns aspectos que envolvem a presença de uma política pública como instrumento interventor; Apresentar diferentes pontos de vista teóricos convergentes e divergentes

referentes a essa importante temática; Por último relacionar as teorias e questionamentos aqui apresentados fazendo comparações sobre a realidade que temos.

Observando os aspectos metodológicos esta pesquisa é básica, pois não foca a aplicação para a vida prática. A abordagem utilizada segue o caráter qualitativo, uma vez que os dados aqui apresentados não são quantificáveis.

O procedimento usado na pesquisa é técnico adotando o modelo de pesquisa bibliográfica, a documental. Para a pesquisa bibliográfica foram usados vários acervos com a exposição de varias produções científicas encontradas em plataformas digitais, a exemplo disso a Scielo e outras. Já a pesquisa documental baseou-se em documentos extraídos de jornais e revistas científicas.

O método utilizado dentro do artigo foi o fenomenológico-hermenêutico (PEREIRA, 2012), que de acordo com o autor consiste no emprego de técnicas não quantitativas, com estudos teóricos e análise de documentos e textos para que a partir daí, sejam desenvolvidos as ideias da pesquisa. A propostas aqui tem caráter de criticidade com o intuito de conscientizar os sujeito acerca das políticas publicas para um ensino muito mais significativo.

A educação para obter êxito é mais do que necessário a criação das políticas publicas como um recurso interventor,muitas outras medidas devem ser introduzidas e trabalhadas em parcerias. Neste sentido foi aplicado ainda o processo de lógico da interpretação e reflexão sobre a importância das políticas publicas como um objeto de estudo.

O artigo está estruturado em três seções a introdução, a revisão bibliográfica e, por último as considerações finais. Vale lembrar que esta obra é parte de uma pesquisa que se encontra em estagio de andamento, portanto não é um estudo que se encontra finalizado, mas que em um futuro bem próximo terá maiores aprofundamentos.

MATERIAL E METODO

A metodologia é uma fase crucial para o desenvolvimento de uma obra científica, é também um ponto de partida que permite a coleta e a construção das informações que estão em pauta como confirma Martins (2004), a metodologia é como um instrumento a serviço da pesquisa, que indagará limites e possibilidades dos caminhos do processo científico.

A pesquisa é um esforço constante de observações, reflexões, análises e sínteses na busca de informações que procuram descobrir a lógica e a coerência de um determinado assunto nesse caso em especifico a políticas públicas (CHIZZOTTI, 2010).Então,o tipo de pesquisa adotada nesse trabalho foi à pesquisa exploratória com o objetivo de detalhar os

pontos mais pertinentes que melhor descrevem essa temática. As fontes usadas na pesquisa seguem duas linhas a primária, onde foi investigado conceitos e referências sobre a temática e fontes secundárias com o objetivo de explorar em sites científicos que servem de banco de dados para melhor fundamentação teórica. Os resultados que aqui foram levantados e descobertos serão tratados dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, traduzindo os resultados em conceitos.

Para alcançar o objetivo do artigo, foi definido o uso do método bibliográfico, que tem como principal característica “explorar por meio de diferentes autores a essência de um determinado assunto” (LAKATOS, 2007, p 107). Permitindo que fosse construído passo a passo o referencial teórico desse trabalho. A pesquisa executada utilizou do processo bibliográfico e exploratório para analisar as informações mais pertinentes que estão relacionadas com as políticas públicas educacionais nos seus mais diversos aspectos. A aplicação dessa pesquisa funcionou como uma revisão de literatura, onde foram lidos e pesquisados pontos-chaves sobre essa importante discussão, sendo realizada uma pesquisa minuciosa sobre esses importantes aspectos. No total foram 24 fontes bibliográficas das quais algumas delas já foram publicadas, trabalhos científicos que trouxeram inúmeras contribuições para o mundo acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A DISTINÇÃO ENTRE POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

É indispensável compreender essa diferença, pois em alguns casos elas se confundem e, ainda existe a ideia errônea que ambas tem o mesmo sentido. Para Azevedo (2003) política pública é tudo o que um governo faz ou um conjunto de suas ações administrativas. O maior problema não está em compreender a diferença existente entre política e política pública, a situação problema está na ausência dela ou na falta da continuidade delas.

Ainda dentro desse conceito o filósofo e historiador Foucault (1979), expõe que todos os indivíduos fazem política dentro de suas vivências cotidianas. De acordo com o autor política é uma ação cheia de conflitos das mais diversas naturezas e, que as mesmas necessitam de decisão.

Sob uma ótica social, a política se define como um choque de interesses seguindo uma determinada organização de grupos sociais com suas semelhanças e diferenças econômicas, étnicas, de gênero, culturais, religiosos. Nesse sentido é fundamental que para o sucesso

educacional sejam necessárias a tomada de decisões coletivas que visem amenizar as situações problemas que temos na atualidade.

Por fim, entende-se que a diferença entre política e política pública consiste na seguinte compreensão: Políticas se definem como estratégias, já políticas públicas são as tomadas de decisões em prol de uma determinada situação problema que necessita de intervenção.

QUAIS SÃO OS TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

De acordo com os estudos de Azevedo (2003) existem três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias.

Fundamentado nesse conceito é importante entender o significado de cada um delas e o seu papel social. Para Azevedo, (2003), as políticas públicas redistributivas é a redistribuição de algum tipo de renda que é oferecida na forma de na forma de serviços públicos, como exemplo disso podem ser citados aqui os programas sociais, tais como a bolsa-escola, bolsa-universitária etc. Esse tipo de política precisa ser sempre ampliado e estendido para que outras pessoas consigam usufruir desse direito.

As políticas distributivas são conceituadas como qualquer atividade ou ação que o governo precisa realizar isso pode ser exemplificada como podas de árvores, os reparos e manutenção de creches e escolas, a elaboração de projeto socioambiental etc. Esse modelo já existe na prática, porém se faz necessário um olhar prioritário para que todo esse trabalho aconteça de forma contínua e, que haja sempre a inserção de novas ações aqui denominadas de políticas públicas.

Num terceiro momento surge o conceito das políticas públicas regulatórias, consistem na elaboração e na execução de leis que são importantíssimas para o progresso de um país. Essa terceira classificação é indispensável para o êxito das primeiras políticas públicas citadas anteriormente.

Todos esses tipos de políticas possui uma real importância para que haja o desenvolvimento econômico e educacional de um país, pois é sob a ótica delas que os recursos públicos são liberados e destinados para as áreas necessitadas. O maior problema é que no Brasil, antes que determinados recursos cheguem em determinados setores, parte deles é roubado, visando interesses próprios de uma pequena minoria da elite corrupta.

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Após a discussão sobre a diferença entre política e política pública, surge a necessidade de entender o que são políticas públicas educacionais. Uma das etapas de maior interesse daqueles que dia a dia constrói a educação nesse país.

O conceito inicial para políticas públicas educacionais é muito simples como o próprio nome já diz são ações ou estratégias que visam melhorar a educação. Todavia é necessário ressaltar que o termo educação é muito amplo e envolve uma série de aspectos que devem ser cuidadosamente trabalhados e priorizados.

Um dos problemas que tem prejudicado o andamento e o sucesso das políticas públicas educacionais no Brasil é apontado por Xavier; Ribeiro; Noronha (1994) são as chamadas crises política, econômica e social. E, tem sido retratado com fidelidade por meio das grandes mídias. É aqui que nasce a necessidade de incorporar estratégias na forma de políticas com o objetivo de diminuir as desigualdades nas suas mais diversas facetas.

A implantação de políticas públicas educacionais surgiu inicialmente com o objetivo central de propiciar uma educação para todos. Essa preocupação surgiu de forma tardia na década de 90. Que de acordo com Shiroma; Moraes; Evangelista, (2000) fala da junção de importantes órgãos como: UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em prol de uma educação que seja de fato para todos. Mesmo nessa soma de forças, os problemas educacionais como a quantidade de crianças, adolescente e jovens que estão fora dos espaços de aprendizagens são ainda muito expressivos.

Ao falar de Brasil e de políticas públicas Sardagna (2006), ressalta que o Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, se uniram em prol de desenvolver políticas educacionais que tivessem como objetivo central de promover a equidade educacional. Um desafio a ser superado pelo sistema público de ensino, mesmo em tantos contrastes sociais e econômicos.

Segundo Azevedo (2004), este é um elemento chave para compreender-se o sentido que cada política pública assume na solução de determinado problema. Para a autora, as políticas públicas emergem de uma necessidade, problema social ou de uma questão socialmente problematizada.

Shiroma; Moraes; Evangelista (2000) definem o real sentido de uma política pública como algo que está muito além daquilo que já temos visto. Os autores afirmam que é indispensável a elaboração de um projeto social do Estado com as carências e deficiências educacionais e as possíveis intervenções que serão tomadas.

Azevedo (2004) definem as políticas públicas como;

A política educacional definida como *policy*– programa de ação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasma as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto. A questão, pois, é ter o sábio equilíbrio: manter uma postura objetiva que dote o conhecimento produzido de um coeficiente científico, sem abdicar de um nível analítico que contemple as condições de possibilidade da adoção de estratégias que venham a permitir a implementação de uma política de transformação (...) (AZEVEDO, 2004, p. 9).

Ainda na visão de Azevedo (2001) definem as políticas sociais como a intervenção do Estado dentro de uma determinada realidade. Esse conceito deve sair das pautas e aparecer nas ações concretas onde seja exercida a inclusão e o acesso educacional.

LEGISLAÇÃO E NORMAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Na busca constante por maiores informações sobre as chamadas políticas públicas é necessário recorrer a Carta Magna de 1988, onde poderão ser explorados pontos-chaves que darão suporte para essa discussão. De acordo com a Constituição Federal a educação é um direito social previsto no Artigo 6º. Isso é que diz a lei, porém a realidade é muito contraditória e tem revelado uma triste realidade, pois são ns as situações-problemas que impedem a inserção de muitos indivíduos dentro dos espaços escolares, desde os aspectos sociais, culturais e econômicos.

De acordo com essa Carta Magna, a educação é um direito de todos, garantida pelo Estado e pela família, com a participação da sociedade, com o objetivo de qualificá-la para o trabalho e exercício da cidadania (Artigo 205). Essas belas frases mostram a responsabilidade que é atribuída pelo Estado e pela família, mas ao avaliar o contexto educacional tem notado uma grande falta do cumprimento dessas atribuições por parte do próprio Estado e da família, que em alguns casos tem sido omissa e ausente.

O peso dessa responsabilidade de educar e garantir que essa educação contemple a todos cabe à União, Estados e Municípios. E, isso está previsto no Artigo 24, inciso IX. A realidade nos revela muita omissão e negligência por parte desses três setores tão importantes para a construção de um país culto e com equidade educacional.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

Ao falar de políticas públicas educacionais não pode ser descartado a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, uma importante lei que serve de norte para que determinadas diretrizes sejam realizadas, mas há muitas críticas também referentes a essa lei. Muitos teóricos já tem

ela como ultrapassada porque são aproximadamente vinte e dois anos de sua elaboração até aqui, isso significa que a realidade mudou expressivamente de lá para cá, e que um novo cenário já foi construído, necessitando de um olhar mais emergencial para outras questões.

A LDB é a base para a educação básica e ao analisá-la encontram-se incisos referentes ao planejamento, prazos, fiscalização, execução, avaliação da educação. Todas essas divisões são imprescindíveis para o sucesso educacional do país, porém na prática existe um grande distanciamento entre o que está escrito na legislação e o que acontece na prática de nossas escolas.

POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Muitas mudanças ocorreram no que se refere ao acesso à educação superior, na qual tem sido uma porta aberta para que muitos alunos de classes pobres tenham a acessibilidade. Esse o número de pessoas incluídas dentro dos espaços de aprendizagens é ainda pequeno em relação ao número de sujeitos que estão às margens da exclusão, sendo que essa inserção é também exemplo de políticas públicas. Alicerçada nessa necessidade foi criado o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) pelo governo federal em 2003. Mesmo com esse passo fundamental existe ainda um número alarmante de pessoas dentro das margens da exclusão, daí vem a necessidade de reformular novas políticas públicas que contemplem não essa necessidade, mas as demais que aqui não foram citadas.

Muitos são os benefícios que as políticas públicas educacionais podem trazer para um país, dentre eles podem ser citados o acesso à cultura, à arte, à promoção da saúde, o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais que lamentavelmente é crescente, sendo fruto de uma falta de planejamento e investimento com o item principal a educação.

As políticas públicas devem ter duas importantes características a multiprofissionalidade e a interdisciplinaridade, pois é a partir de um trabalho multiprofissional e interdisciplinar que os objetivos serão de fatos maiores e concretos.

O Decreto Federal nº 7.416/2010, diz que a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) é uma prova de políticas públicas, porém é ainda insuficiente para atender a grande demanda, porque se o Brasil não tem controle de natalidade, a população cresce descontroladamente e, conseqüentemente os problemas sociais também crescerão, para tanto é necessário ações e intervenções em prol desses entraves.

ASPECTOS TEÓRICOS REFERENTES À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Diante de Ferreira e Leopoldi (2013), é imprescindível que a universidade e sociedade caminhem lado a lado em relação de parcerias, tendo uma íntima interação e atuação, principalmente se tratando dos requisitos socioeconômicos que são problemas sociais gritantes. Ainda dentro dessa realidade Tavares (2001) diz que a extensão universitária é um meio de mudanças sociais e, toda mudança é bem vinda, principalmente quando elas são positivas. Intervir significa caminhar nos trilhos da mudança e, são essas as mudanças que almeja-se dia a dia construir dentro do ensino em prol de uma educação mais significativa.

De acordo com Caro e Jantke (2013) afirma que a extensão universitária é derivada de uma determinada ação que deve ser acompanhada de planejamento e objetivos, ou seja, é impossível o sucesso de uma política pública sem esses preceitos básicos.

Dentro desse contexto os programas de extensão universitária funcionam como políticas públicas que objetivam a efetivação de uma qualificação educacional, porém o número de pessoas assistidas é ainda muito pouco em relação com a quantidade de sujeitos que estão excluídos, sem acesso e sem oportunidade de concretizar um sonho ou um ideal.

Inserir as políticas públicas não trata apenas de construir uma informação, isso vai muito além, de todo esse conceito como confirma o autor GATTI apud CALDERÓN, (2011) trata-se de disseminação de conhecimento em forma de práticas. Isso significa que o agir docente deve estar contextualizado com a realidade em que esse aluno vivencia daí, vem a importância de trabalhar contextualizado com as experiências que já foram vividas, bem como o conhecimento prévio desse sujeito.

Após o que foi exposto, pelo autor é indispensável que a construção do processo de desenvolvimento educacional alicerçado dentro das políticas públicas com o objetivo de possibilitar oportunidades para todos, principalmente para aqueles que pertencem às classes menos favorecidas, onde o acesso às oportunidades são limitadas. Promover a independência e a autonomia educacional significa formar um sujeito mais ativo e atuante dentro da sociedade.

MAIS EDUCAÇÃO: UMA IMPORTANTE POLÍTICA PÚBLICA

O programa Mais Educação é uma importante política pública, que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação por meio do Decreto Presidencial 7083/2010, em parceria com Estados e Municípios desde 2008, tendo como foco central propiciar uma educação mais integral para todos os brasileiros. A ideia inicial desse programa é atuar com as disciplinas tradicionais, que constituem o núcleo curricular e, enquadrar os contraturnos flexíveis com as

diferentes modalidades de conteúdos e disciplinas que fossem diversificados, e que tornassem o “tempo escolar mais agradável”, posteriormente mais produtivo, totalizando as 8 oito horas diárias.

A Educação Integral sempre foi uma grande necessidade, para o sistema educacional brasileiro. E, com a inserção do programa Mais Educação como uma política pública, permitiu a consolidação desse ideal em muitas realidades de nossas escolas. Para melhor compreensão dessa política pública é preciso fazer uma pausa para o conceito de o que é educação?

Desse modo, a Educação na visão de Anísio Teixeira é o “crescimento orgânico, humano, associado às múltiplas dimensões do desenvolvimento humano”. (2007, p. 91). Fundamentado nisso a educação deve ser sempre abrangente, e nunca ficar limitada dentro de quatro paredes de uma sala de aula. E o programa Mais Educação vem com o intuito de expandir e dimensionar a educação, e seria interessante que o mesmo se expandisse por todo o território brasileiro de forma obrigatório, transformando positivamente a nossa realidade educacional, em meio a tantos entraves sociais, culturais e educacionais.

O programa Mais Educação tem o objetivo de consolidar uma educação que seja mais integral e integradora para o aluno. Nesse sentido (CAVALIERE, 2010) define a educação integral como uma importante ação educacional que contempla as mais diversas áreas do conhecimento, permitindo uma melhor formação dos indivíduos, envolvendo os aspectos cognitivos, intelectuais, sociais. Em outras palavras a educação tradicional, que vínhamos recebendo não atingia com totalidade todas essas carências e necessidades, daí surgiu a necessidade de ampliar tais políticas públicas, que visem alcançar uma educação mais integral e significativa.

Analisando o pensamento de (MOLL, 2010) a escola de tempo integral é necessária, porque ela vai conseguir alcançar objetivos muito mais significativos, em prol da construção do sujeito e da cidadania. Isso porque ela se refere uma organização escolar, na qual o tempo de permanência do aluno se estende. Abrindo espaço para que determinadas áreas do conhecimento, seja melhor trabalhada, e isso envolve os campos: cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros. É o que chamamos atualmente de educação humanizada e humanizadora, aquela que contempla não só os conceitos científicos, mas que vai de encontro a outras importantes áreas que constituem o sujeito, em especial a educação emocional.

As políticas públicas direcionadas para a Educação Integral é uma conquista, no entanto ainda falta muito a ser feito em prol de avanços qualitativos e quantitativos no sistema

de ensino público. Porque a educação integral não é uma realidade em todo o país. Alicerçado nisso é preciso ampliar inúmeras políticas públicas educacionais, que visem dar os subsídios, para que todos possuam uma educação equalizadora.

A Educação Integral é um direito de todos previsto em lei como confirma (MOLL, 2009a,p. 31) “em que cada pessoa tem direito à igualdade”.E infelizmente esse direito tem sido negligenciado, pois a taxa de crianças, adolescentes e jovens que estão fora do contexto escolar é ainda muito preocupante.Daí, surge a necessidade de implantar diferentes políticas públicas, que contemplem cada especificidades, amenizando-as ,a exemplo disso a exclusão social e a evasão escolar.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (2001-2010), através da Lei n.º 10.179/01,a educação em tempo integral é um direito de todos, que estão inseridos dentro do Ensino Fundamental e, também, da Educação Infantil.Infelizmente esse direito não é alcançável para todos, ainda.A educação brasileira ainda enfrenta sérios problema de estrutura física nas nossas escolas, e também de má administração política e de gestão escolar, para fazer da educação integral uma realidade para todos.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica por meio do projeto de lei nº 8.035/2010 apresentou a proposta do Plano Nacional de Educação para o período de (2011-2020), a ampliação da educação em tempo integral em todo o país. Esse objetivo é uma das 20 metas que são propostas pelo Plano Nacional de Educação. Quando isso for concretizado, nossas crianças e adolescentes terá uma maior probabilidade de uma melhor formação científica e intelectual, e também oportunidades de desenvolver áreas diversificadas do conhecimento, que talvez dentro do horário de quatro horas diárias de uma escola regular, não seria possível.

Os desafios que a educação integral vem enfrentando ao longo dos anos são grandes barreiras. Nesse sentido (LECLERC, 2010), fala sobre o problema da má gestão política e escolar desde a União, Estados e municípios. Uma triste realidade em todo o país, onde a política individual e partidária é ainda um obstáculo. Então, se faz necessário ações e intervenções que venha amenizar esses entraves por meio de leis mais severas e punições mais drásticas.

Os países que adotaram a modalidade de educação integral, a exemplo Chile que tem 85% das escolas em educação integral, só tem a colher bons resultados. (MOLL; LECLERC, 2010), descreve alguns desses importantes resultados como: A proteção social, a prevenção à violência contra crianças e adolescentes, a sustentabilidade ambiental e a permanência do aluno evitando a evasão e uma aprendizagem mais ampla de áreas diversificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda essa explanação, nota-se que os objetivos anteriormente estabelecidos foram de fatos atingidos, pois a partir dessa discussão foi possível compreender como funcionam as chamadas políticas públicas educacionais, e a sua relevância para o aprimoramento da qualidade educacional como um todo. Os objetivos de uma educação muito mais democrática e significativa só serão de fato concretos, quando houver uma real efetivação das políticas públicas educacionais, que sejam específica para cada situação problema existente em nossa realidade.

Ao expor a fala dos teóricos já é possível perceber os grandes desafios que o sistema educacional público enfrenta, frente a tantas desigualdades e problemas de ordem social, econômica e educacional, sendo necessárias as devidas ações e intervenções para esses entraves sejam amenizados.

Após as comparações aqui realizadas compreende que nessa jornada educacional o conceito dado para as políticas públicas é ainda muito restrito, e ele vai muito além do seu significado, sendo uma atividade importantíssima para difundir o conhecimento, a interação e a realidade.

Firmada nessa compreensão, percebe-se que é necessário à elaboração de muitas outras atividades no formato de políticas que tenham caráter multidisciplinar e, que estão em compatibilidade com as múltiplas realidades.

Em resposta ao problema que aqui foi levantado, a pesquisa fez um levantamento de pontos-chaves, que são de interesse de todos aqueles que constroem a educação, e que necessitam de um norte para a realização de sua prática docente.

No que se refere à execução de novas políticas públicas educacionais é imprescindível o desenvolvimento e a aplicabilidade de estratégias e planejamento para que haja uma amenização dos problemas que temos na atualidade que são tão preocupantes. Verificou-se que só elaborar e desenvolver políticas públicas não resolve as situações problemas que é presente no sistema educacional, mas que muitas outras ações devem ser traçadas e executadas visando alcançar desde os aspectos econômicos, sociais e familiares que as áreas mais carentes.

É importante ressaltar que a educação deve ser tratada como um item prioritário para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país. E, que alicerçado nisso se faz necessário a articulação de atitudes que permitam a construção de uma educação de maior

qualidade e de maior acesso, é aí que surge a necessidade da continuidade das políticas públicas que já temos e, a possibilidade de desenvolver novas para suprir a grande demanda populacional.

Por último, para obter uma educação de fato efetiva é necessário o incentivo e a assídua participação de todos os órgãos que regem a educação, corpo docente, sociedade civil em prol de um objetivo comum a redução das desigualdades sociais e educacionais por meio da aplicabilidade de políticas públicas objetivas e diretas dentro de uma determinada realidade.

Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam realizados dentro dessa importante temática para que seja construída uma visão mais ampla e esclarecedora acerca da relevância e da eficácia de uma política pública bem executada e projetada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. L. de. A educação como política pública. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.035/2010**. . Plano Nacional de Educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília, 1996. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 de out. de 2010.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em de outubro de 1988, com as alterações dadas pelas Emendas Constitucionais números de 1/92 a 91/2016. Brasília-DF 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 20 fev. 2017.

CAVALIERE, Ana Maria. **Educação Integral**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. et al. Dicionário trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CD ROM.

_____. **Decreto Presidencial nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 10 out.2010.

_____. Decreto 6495/2008. Institui o programa de extensão universitária - PROEXT. Brasília-DF 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em 20 fev. 2017.

_____. Decreto 7416/2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Brasília-DF2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm>. Acesso em 20 fev. 2017.

FERREIRA, André; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção dos gestores e pesquisadores.** Revista Gestão Universitária América Latina, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.60-82, jan. 2013.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GATTI, Bernardete Angelina. Nota de contracapa. **In Extensão universitária uma questão em aberto.** Caldeirón et al (Orgs). São Paulo: Xamã, 2011.

JANTKE, Regina Vazquez Del Rio; CARO, Sueli Maria Pessagno. **A extensão como exercício da cidadania.** In A extensão universitária como princípio de aprendizagem.

SILVERES, Luís (Org.). Brasília: Liber Livro, 2013.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Lei nº 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília - DF. 23 dez. 1996. Acesso em 20 fev.2017.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias. **Sistema único de ensino: o desafio da construção e da ampliação do espaço público de direitos na escola pública de Mato Grosso.** Educação e Sociedade, v. 23, n. 78, p. 199-222, 2002.

_____. **Lei nº 10.179, de 10 de janeiro de 2001.** Plano Nacional de Educação .Educação em tempo Integral. Brasília, 2001. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 10 de out. de 2010.

MEC. Edital PROEXT 2016 **Programa de apoio a extensão universitária MEC/SESu.**

Brasília-DF. 2015.

Ministério da Educação. **Programa Mais Educação. Passo a Passo.** Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducação.pdf> Acesso em: 03 de Ago de 2013.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola:** elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína de Fátima Elias. **Educação Integral e Comunitária: o remirar-se da cidade e da escola** In: PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila. Município que educa: múltiplos olhares. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 51-57.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: passo a passo. Brasília, MEC/Secad, 2009d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 18/9/2012.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Os múltiplos conceitos de extensão.** In Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. FARIA, Dóris Santos (Org.). Brasília: UNB, 2001

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira).

SARDAGNA, Helena Venites. **Educação Para Todos: uma política do mundo global.** Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 2, p. 7-13, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

XAVIER, RIBEIRO, NORONHA. **História da Educação: a escola no Brasil.** São Paulo, SP: FTD. 1994.